

- **Vieira, Cristina Pereira. (2017). *Sexualidade e Género: educar para um social plural*. In *Violência de Género*. Neves, S. & Costa, Dália (Coord.). Edições CIEG. pp317- 337**
-

Sexualidade e Género: educar para um social plural

Cristina Pereira Vieira - Centro Interdisciplinar em Estudos de Género (CIEG – ISCSP, ULisboa) e Universidade Aberta

1. A Identidade Sexual e de Género: “Desnaturalização”

É frequente na linguagem comum a conceção de sexo aparecer aplicada na categorização do género feminino e masculino através da distinção dos órgãos sexuais externos, das potencialidades de reprodução e das características físicas e psicológicas, sobretudo baseando-se num entendimento a partir de princípios biológicos. Nesta conceptualização, o sexo aparece como a *identidade biológica* do indivíduo, diretamente associado ao facto de se ser “macho” ou “fêmea”, homem ou mulher, o que pressupõe um padrão de expectativas de género (Andersen, 1998). A palavra sexo pode igualmente estar associada à expressão *fazer sexo* ou *ter sexo*, expressão relativamente recente¹, inerente ao ato sexual enquanto coito (Caplan, 1996). Na generalidade, o sentido que lhe é atribuído consiste num conjunto de categorias orgânicas e/ou comportamentais relativas à prática, expresso como “satisfação” sexual. O princípio de “sexo natural”, no sentido em que é usado na terminologia comum de que “agimos naturalmente”, resulta do não questionamento do significado da ação que assumida em consonância com o meio acaba

¹ Surge pela primeira vez, em 1975, no Dicionário de Inglês de Oxford.

por integrar o próprio organismo surgindo, desta forma, como parecendo automatismos corporais. O que torna o sentido dessa *incorporação* “natural” é o facto de se partir do pressuposto de que se trata de algo que não é apreendido, considerado por isso mesmo uma ação inata (Bourdieu, 1979, 1999).

Associadas à lógica da socialização *do biológico e da biologização do social*, as aparências biológicas, marcadas nos corpos e nos cérebros, associam-se, alterando a relação entre as causas e os efeitos. Esta situação é determinante no surgimento de uma construção social naturalizada, que pensa o género enquanto *habitus sexuados* (Bourdieu, 1999).

A noção da “verdade do sexo”, tal como refere Foucault (1994) a partir das produções discursivas e de técnicas de poder assentes em proibições, recusas, censuras e negações, remete para a interiorização de modelos culturais definidores de uma conceção de sexualidade “normalizada”, que mostra ter consciência das dificuldades de contrariar a “ordem natural” e da inconveniência de dar visibilidade, isto é, da dificuldade das identidades “marginais”² serem assumidas - diria até, em jeito de provocação, serem confessadas publicamente (Pereira Vieira, 2012).

Contudo, sendo a sexualidade uma parte essencial da identidade pessoal e social, ela é pensada como algo que resulta de um processo de construção ao longo da vida. E, nesse sentido, pensar a noção de identidade, na perspetiva sociológica, é colocar a atenção na socialização do indivíduo, considerado como matéria social da sua época. Ou seja, o que percebemos é que a identidade, ao estar inculcada no universo simbólico e nas suas legitimações teóricas, permanece ininteligível, a não ser quando situada pelo contexto onde está inserida (Berger & Luckmann, 1999). A partir deste pressuposto é possível apresentar a identidade como o resultado de uma trajectória pessoal e social, em articulação entre os sistemas de ação e as trajetórias de vida dos indivíduos (Dubar, 1997). Desta forma, pensar a construção da identidade é pensá-la a partir das trocas interativas do sujeito, enquanto ser individual e ser social, inserido numa realidade e em permanente transformação.

² Termo que abrange as identidades LGBT.

A identidade torna-se, desde meados do sex. XX³, um conceito central no mundo contemporâneo. A conceção de identidade sexual emergiu nos anos 70, no contexto dos movimentos feministas e da libertação gay, surgindo como uma forma de afirmação positiva do *Self* por todas/os cujas sexualidades tinham sido rejeitadas (ou maltratadas) por uma cultura opressiva e que perceberam o momento como necessário para a sua afirmação. Atualmente, o conceito de identidade sexual é mais abrangente, mas continua a ter uma importância relevante na luta dos direitos das pessoas que se sentem sexualmente marginalizadas. A noção de identidade sexual (ou identidades sexuais⁴) apela ao nosso sentido de identidade e subjetividade, nomeadamente no que acreditamos que realmente somos, mas necessariamente integrada no contexto relacional – inerente à nossa relação com os outros (Weeks, 2011).

De igual forma podemos afirmar que a identidade diz respeito ao sentido do Eu, do que nós acreditamos, do que realmente somos, onde pertencemos e para onde vamos. A ela está associada a perceção do que temos em comum e do que nos distancia – criando fronteiras entre o Eu e o Outro (Elias, 1991; Giddens, 1996, 1997). Por isso mesmo, afirmamos que a identidade sexual surge enquadrada por uma complexidade multidimensional e numa articulação de vários agentes: biológicos, psicológicos e sociais.

Poucas identidades causam tanto problema quanto as identidades sexuais. Nas sociedades ocidentais o sexo tornou-se a verdade de nosso ser, dado que é frequente ouvirmos a definição das pessoas pela sua sexualidade, por exemplo: “- ele é homossexual!”. As pessoas definem-se como seres sexualizados e nas conversas do quotidiano a sexualidade tornou-se algo que importa contar. A moderna democratização da intimidade passa a ser determinada não só pela sua divulgação, através dos diferentes meios de comunicação de massas, mas também pelo facto de circularem várias histórias acerca da intimidade – o que Plummer (2003) designa como *a culture of sexual story telling*. Torna-se visível a *explosão discursiva* a que Foucault se referiu (Foucault, 1994), quer como de fixação de efeitos

³ O conceito aparece nos anos 50 relacionado com a “crise de identidade” dos adolescentes na passagem para a idade adulta.

⁴ Este conceito será sempre aqui pensado com um sentido plural.

normativos nas formas de fazer que descentram a visão do problema moral, quer na presença do discurso sobre a sexualidade em espaço público.

Com o advento da ciência moderna, a sexualidade tornou-se um campo institucionalizado, isolado do resto da vida social. Foucault (1994) analisou a crescente aplicação da ciência aos diferentes domínios sociais, nomeadamente à sexualidade. O saber-poder desenvolve conhecimentos e discursos, fiscalizações e resistências, constituindo um dispositivo que, por uma rede de “mecanismos encadeados, garante a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades diversificadas.” (Foucault, 1994, p. 52). As novas produções do saber, na medicina e na psiquiatria, constroem um *discurso de biologização* da sexualidade, assente na dualidade normal/desviante (Weeks, 2003), impondo sentidos disciplinares sobre os diferentes assuntos. Contudo, se entendermos que a “naturalidade” do *discurso de biologização*, que atribuímos aos comportamentos sexuais, está dependente do conhecimento e da assimilação de regras percebemos que estes comportamentos resultam num conjunto de disposições adquiridas a partir da socialização. E é neste contexto que afirmamos que o primeiro passo para a sua compreensão passa pela “desnaturalização”.

Olhar para a sexualidade “desnaturalizada” será o mesmo que percebê-la fundamentalmente como algo que tem na sua essência subjacente uma construção. O que implica desde logo entender que muitas das suas explicações biológicas estão profundamente *incorporadas e representadas* nas mentalidades dos indivíduos e emersas por influências culturais (Andersen, 1998).

Da mesma forma, podemos afirmar que qualquer saber incorporado, do qual o da sexualidade não é exceção, está subjacente a esquemas de percepção e inclinações para agir, pensar e sentir de determinadas formas, orientando para uma espécie de princípio não consciente da ação (Lahire, 2003). É neste sentido que as diferentes possibilidades eróticas, de intimidade e de prazer, não podem ser traduzidas unicamente em comportamentos espontâneos e naturais. O mesmo será dizer que o ser humano não sabe agir exclusivamente através de uma sexualidade por instinto, dado que as diferentes possibilidades surgem acorrentadas a uma densa rede de crenças, conceitos e agências, a uma história complexa e em mudança (Weeks, 1985). Ou seja, a sexualidade para ter significado e ser exercida

deve ser pensada como uma construção da humanidade, que incorpora diferentes possibilidades e cenários. Neste contexto, todo o ser humano precisa de uma aprendizagem social que lhe determina como, quando e com quem pode interagir, o que lhe permite dar sentido aos seus atos, e aqui em concreto aos seus atos sexuais. Assim, pensar na identidade sexual como um fenómeno social, é enquadrá-la na atividade do sujeito e nas suas condições de vida, a partir da qual ela se desenvolve (Bourdieu, 1999; Foucault, 1994; Giddens; 1996, Weeks, 2003). Neste sentido, percebemos que toda a essência do ser humano, incluindo a sexualidade, é socialmente produzida e regulada, condicionada por uma teia de significados e exercício de poderes, cujas relações assumem, em cada momento histórico e social, configurações próprias.

2. O questionamento da normatividade

No contexto da *modernidade tardia*, sucedem-se transformações no entendimento subjacente aos princípios unitário e binário. Determinados conceitos que assentavam na convicção de unidade, permanência e continuidade, fazem hoje parte de uma escala mais alargada de entendimentos e possibilidades. Mas, este entendimento nem sempre surge de forma inteligível. Olhemos de forma mais pormenorizada para a situação das identidades sexuais e de género e por aqui o que percebemos é que persistem modelos associados a mensagens que emergem de fronteiras estabelecidas entre contextos binários e que refletem diferentes realidades e poderes – designadamente *heteronormativos* (Bajos et al., 2008) e *androcêntricos* (Bourdieu, 1999).

Relativamente aos discursos que nos remetem para a questão dos modelos de orientação sexual reconhecemos que o seu entendimento surge associado a um emaranhado de lógicas. Uma das significativas constatações é a de que as identidades sexuais hetero e homo são equacionadas num espaço de fronteiras que demarcam o “nós” do “eles/outro”. Neste contexto, o que percebemos é que o entendimento que legitima a sexualidade com o sexo oposto, enquanto “sexo natural”, é o mesmo que exclui as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo

– algo que surge como não pertencendo à “natureza humana” (Weeks, 2003). Ou seja, este é o contexto em que se discute o desejo sexual das sexualidades ditas *marginais, periféricas e estéreis* e que nos remete para a noção de “contra-natura” (Foucault, 1994). É assim que, enredados numa percepção crítica pela socialização mais primária e numa consciência cognitiva assente na modernização dos costumes, que apela à integração da diferença, percebemos a complexidade das narrativas, quando analisamos alguns dos discursos a partir dos dados empíricos sobre esta temática. É nesta lógica que, por exemplo, estudos com jovens rapazes e raparigas permitem perceber que, ao mesmo tempo que se afastam do “outro”, o homossexual, por “anormalidade”, se aproximam por desculpabilização pelo infortúnio tipo fatalista (Pereira Vieira, 2012). E porque estamos perante um processo complexo e difícil, dado que no nosso quotidiano somos convidados, no limite, a aceitar a diferença, torna-se necessário repensar esta conduta e ter como objetivo lógicas, na base de contextos inclusivos que façam mais do que aceitar a diferença, que protejam e mantenham vidas que vão resistindo aos modelos de assimilação normativos (Butler, 2006).

Contudo, manter lógicas inclusivas esbarra na sua essência na forma como alguns procedimentos regulamentares limitam a sua inteligibilidade às normas de género culturalmente compreensíveis. Neste contexto, podemos falar da permanência da norma social e como ela determina orientando para a forma como devem ser constituídas e desenvolvidas as relações entre os indivíduos. A partir deste pressuposto, percebemos que as normas sociais orientam para formas de estar e sentir subjacentes a comportamentos que qualificam de corretos ou incorretos, bem como o que deve e como deve ser feito. Ainda que necessárias, dado que estas normas sociais facilitam enquanto fator de certeza nas relações humanas, pelo facto de elas refletirem os valores partilhados numa dada sociedade e criarem expectativas quanto aos comportamentos sociais do “outro”, elas são ao mesmo tempo sinónimo de ritualização ou de institucionalização de sentimentos de tristeza ou de agrado, de repugnância ou de satisfação, de vergonha ou de desinibição. Ou seja, estão associadas a um conjunto de sensações que são incorporadas e fixadas nas pessoas, de tal forma que são por elas tidas como naturais (Pereira Vieira & Costa, 2016). Esta situação poderá ser objeto de um juízo de valor negativo, e desenvolver lógicas, na base de contextos excludentes – marcadas

em relação ao género por entendimentos binários, assumindo frequentemente formas claras de discriminação e outras vezes formas mais silenciosas, invisíveis e discretas.

O entendimento de género é percecionado a partir de um conjunto de relações dentro das quais são produzidas as noções de masculinidades e feminilidades. E apesar da ideia de género estar longe de ser a base estável e eterna, dado que ela é construída e reconstruída em função das diferentes organizações da vida social, com significados históricos e culturais variáveis, ela continua presa a crenças, ideologias e práticas sociais que organizam as relações entre homens e mulheres e que constituem modelos específicos que orientam para uma determinada “ordem de género” (Connell 1987). Esta ideia remete-nos para o questionamento das práticas regulamentares, que determinam o género e a sexualidade com base em noções culturalmente inteligíveis de identidade. Nomeadamente porque, e tal como já referido anteriormente, a identidade resulta de um processo de construção ao longo da vida, e neste contexto ela vai sendo orientada tendo por base conceitos fixos de sexo, género e sexualidade. Ou seja, o que percebemos é que a noção de “pessoa” pode ser posta em dúvida com o aparecimento cultural de Seres Humanos com género “incoerente” e “descontínuo” e que embora aparentemente sejam pessoas, não correspondem às normas de género culturalmente compreensíveis (Butler, 1990).

De forma a contrariar esta arrumação “culturalmente natural” e reguladora é preciso investir num entendimento interseccional, atravessando as diversas pertenças identitárias, subjacente à construção do Ser Humano, e de identidade sexual, com base na forma de viver a feminilidade e masculinidade ao longo da vida. A noção de Interseccionalidade surge pela primeira vez associada à discussão da discriminação da mulher negra trabalhadora (Crenshaw, 1989 as cited in Weeks 2011). Contudo, atualmente este conceito tem vindo a ganhar uma dimensão mais alargada, especificamente nas questões das mulheres oprimidas a partir da sua posição social e das múltiplas formas de dominação associadas - desde o facto de ser mulher e/ou mulher afro (ou de uma qualquer situação de migração em exclusão) e/ou mulher lésbica e/ou mulher portadora de deficiência. Ainda que esta abordagem seja por si só exemplo de hierarquias de opressão, vitimização e falta de agenciamento é necessário mostrar como tais situações se reforçam

umas às outras. Ou seja, estas dimensões não são vividas de forma separada, mas estão interligadas e fazem parte de uma trajetória de vida produzindo resistências (Weeks, 2011). Se numa fase inicial as análises interseccionais estavam acima de tudo preocupadas com a interação entre raça, gênero e classe, deixando de fora as questões da sexualidade, hoje temos vindo a perceber como as questões da sexualidade podem ser entendidas como elementos de grande divisão social. Hoje não é mais possível perceber a sexualidade contemporânea sem compreender as formas em que ela foi moldada e conseqüentemente sem compreender que forças se atravessam. Nomeadamente, hoje não é possível entender classe, raça e gênero sem o reconhecimento das formas como estas foram fortemente sexualizadas. Ao longo da história tem sido possível mostrar os diferentes processos pelos quais as sexualidades são construídas na junção de diversas relações de poder – situação que ainda hoje é visível e que sem dúvida causam desiguais relações e cobrem diferentes formas de violências.

3. Educação, Saúde e Sexualidade: diferentes formas de discriminação, outras formas de violência!

Na relação entre o feminino e o masculino persistem configurações mais ou menos convencionais que nos vão orientando para a ideia de indivíduo em função dos distintos papéis, ou seja em função da capacidade de atuação mediante a qual adquire visibilidade e significado social, assente frequentemente numa relação desigual e de opostos. A partir da produção de opostos com significados assimétricos entre o feminino e o masculino, percebemos a permanência de lógicas que se organizam através de padrões hegemônicos e de subordinação. A par da dualidade relacional dominação/submissão estão diferentes formas de discriminação, que assumem sempre formas de violência, mais ou menos latentes, com implicações nos direitos de igualdade e nos direitos humanos.

Existe hoje um imperativo de igualdade que manifesta força no campo dos direitos e da igualdade de gênero, reforçados por vários princípios normativos de medidas de igualdade e inclusão, como por exemplo: o direito das mulheres exercerem

empregos que num tempo recente eram destinados só aos homens; ou as medidas ditas de discriminação positiva e que passam pelo objetivo de eliminar desigualdades que se mantiveram ao longo da história; ou o fim da distinção de filhos legítimos e ilegítimos; ou os casamentos entre pessoas do mesmo sexo- entre outros. Ainda assim, estas diligências não impedem uma contínua emergência de fenómenos de fragmentação. E na ilusão de “homogeneização social”, percebemos que persistem mundos paralelos, com o isolamento de comunidades excluídas, pobres, sem acesso à instrução, ou seja, segregadas da igualdade de oportunidades - perpetuando relações desiguais e que contrastam com políticas que agitam o sentido de igualdade (Lipovetsky, 2016).

Neste contexto, debruçamo-nos, por exemplo, na discriminação educativa e científica. A educação compreendida como um direito humano é ainda em vários países uma realidade preocupante, face ao desigual acesso das mulheres (meninas) à escolaridade. Segundo dados da UNESCO, de 2016, as metas globais de desenvolvimento para 2015 não foram atingidas. Nomeadamente porque através Fórum Mundial de Educação em Dakar, no Senegal, em 2000, os governos de 164 países estabeleceram uma meta de ação, até 2015, justificada com compromissos de Educação para Todos (EPT). Este fórum mundial determinou um conjunto de seis objetivos e respetivas metas a serem alcançadas, nomeadamente: (1) educação e cuidados na primeira infância; (2) Educação primária Universal; (3) Habilidades para jovens e adultos (garantindo as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos); (4) Alfabetização de adultos; (5) paridade e Igualdade de género; (6) qualidade da Educação (UNESCO, 2015). Contudo, ainda que o relatório da de Educação para Todos 2000-2015: progressos e desafios (UNESCO, 2015) tenha considerado o progresso dos países tendo em conta os objetivos de EPT, destaca que apesar dos esforços, o mundo não conseguiu cumprir seu compromisso geral assumido de Educação para Todos.

apesar dos números mostraram que o analfabetismo diminuiu nos últimos 10 anos, ainda aparecem 774 milhões de pessoas, com mais de 15 anos, que não sabem ler nem escrever - deste número 64% são mulheres/meninas. Se o nosso olhar se dirigir para o escalão etário 15-24 anos, os dados da UNESCO mostram que dos 123 milhões de analfabetas/os, 76 milhões são meninas/adolescentes (UNESCO, 2013a, b; 2016), ou seja, cerca de 61%. E apesar desta enormidade

numérica ser já por si só assustadora, se olharmos em pormenor para os dados, percebemos que por detrás destes números estão situações de pobreza e discriminação social; estão organizações sociais que não concedem às mulheres os mesmos direitos – prolongando assim a discriminação social só pelo facto de se ser mulher.

Mas se a igualdade de género é uma prioridade global para a UNESCO (2013a, b), através da promoção do direito à Educação para Todos (EPT), há ainda muitas barreiras neste angustiante percurso para que muitas mulheres e meninas possam exercer este direito. E tal como já referimos o facto de a mulher ser afastada do acesso à educação e do pensamento informado influencia formas de vida e de estar perniciosas – todas elas subjacentes a um fator comum: o da dominação de uma relação de poder desequilibrada, assente na hegemonia masculina.

A exemplo do referido, consideramos os indicadores referidos pela ONU Women sobre a VIH/Sida, que continuam a mostrar que são as mulheres que são as grandes vítimas da doença. Desta forma percebemos que em 2015 estimou-se que :

- 17,8 milhões de mulheres viviam com VIH (com idade igual ou superior a 15 anos) - representando 51% de todos os adultos que vivem com VIH;
- São as mulheres jovens e as raparigas adolescentes, com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, que são particularmente afetadas;
- Globalmente, há cerca de 2,3 milhões de adolescentes e mulheres jovens a viverem com VIH (o que constituem 60% de todos/as jovens que vivem com HIV, dos 15-24 anos);
- globalmente do total estimado de 1,9 milhões de novas infeções por VIH, 900.000 (47%) são mulheres;
- 58% das novas infeções por VIH, entre jovens de 15 a 24 anos, ocorreram com adolescentes e mulheres jovens;
- Existem diferenças regionais significativas nas novas infeções por VIH, entre as mulheres e na proporção de mulheres que vivem com VIH (com idade igual ou superior a 15 anos) em comparação com os homens, e as lacunas são ainda mais notáveis entre as mulheres jovens (dos 15-24 anos) versus jovens homens. A situação mais grave acontece na África subsaariana, onde as mulheres representaram 56% das novas infeções entre adultos (com 15

e mais anos) – com uma proporção maior entre as jovens com idade entre os 15 a 24 anos, - e que representam um total de 66%. (Fonte: ONU Women)

Neste contexto, a mulher africana fica, de uma maneira geral, mais fragilizada e exposta à doença, dado que não só tem muita dificuldade de se proteger, pois está muito dependente da hegemonia masculina (frequentemente marcada pelo poder autoritário), mas também, porque é mantida na ignorância, com acesso dificultado à informação/ educação.

Com este cenário torna-se muito difícil à mulher impor ou pedir a utilização do preservativo ao seu parceiro, principalmente quando existe uma relação estável (ou uma *relação séria*)⁵, pois este ato é interpretado não como forma de proteção recíproca, mas como admissão de má conduta e conseqüente de doença. Esta situação fica diferente quando as mulheres têm acesso à educação e à informação circunstância que lhes permite abrir “*espaço de negociação*” (Héritier, 2002, p.50). No entanto, e tal como refere o autor, esta posição nem sempre é percebida como uma vantagem, dado que em muitas situações a própria organização social, assente em critérios de uma supremacia masculina, percebe estas mulheres informadas, e que abrem “*espaço de negociação*” (Idem), com características inerentes a uma categorização estereotipada de mulheres “*com coração de homem*” (Idem).

É pela combinação de diversos factores que as fazem passar mais ou menos para o lado do masculino que as mulheres instruídas, ou independentes, ou ricas, podem impor o preservativo nas suas relações sexuais, o que não podem fazer as mulheres casadas em geral, as jovens ou uma fracção importante das prostitutas. De certa maneira, pelas suas características, estas mulheres cujo luxo é poderem abrir um “*espaço de negociação*” entram na categoria das mulheres “*com coração de homem*” da tradição etnológica (Héritier, 2002, p. 50).

No contexto específico da doença, o que percebemos é que as diferentes representações da SIDA estão interligadas com o universo simbólico da sexualidade e do género, cujas relações de poder surgem na cena social. A concepção em que assenta o entendimento do VIH/sida, apesar da preocupação quando informados

⁵ Expressão usada por jovens para designarem uma relação de compromisso relacional exclusivo (Pereira Vieira 2012).

sobre o risco, é a que na relação diária há valores morais que interferem. A prevenção no discurso médico para prevenir o risco, representada pelo uso do preservativo, é difícil de ser posta em prática, dado que, nomeadamente nos países de expressão católica, a Igreja Católica não estimula a sua utilização.

Paralelamente, há outras forças morais subjetivas, nomeadamente associadas ao modelo relacional heterossexual representadas pela confiança e fidelidade. Associado a esta lógica da forte presença de valores morais subjetivos, surgem, num estudo em Portugal com jovens rapazes e raparigas⁶ (Pereira Vieira, 2010), narrativas que demonstram que o cuidado com a IST/sida passa pela seleção das/os namoradas/os que conflui numa *relação séria* e que é percebida como *uma* espécie de imunidade ao risco. Esta situação pode ser indicativa de que o domínio da contraceção é um campo de ambiguidades entre as forças modernas da racionalização – representadas pelo uso do preservativo, aconselhado pela medicina para prevenir o risco de IST/sida – e as forças morais subjetivas – representadas pela confiança na fidelidade do/a parceiro/a. Claramente que a opção de contraceção é adaptada ao modelo relacional. Desta forma, prevalece a ideia de “imunidade da *relação séria*”, no sentido de não risco de DST assente na confiança mútua entre parceiros.

Esta investigação com jovens rapazes e raparigas (Pereira Vieira, 2010), deixou ainda perceber que apesar de uma manifesta preocupação com os riscos de engravidar e de contaminação pelo IST/sida, os/as jovens desvalorizam a sua vulnerabilidade na relação continuada – situação igualmente encontrada na investigação realizada com mulheres adultas (Vieira et al., 2003; Pereira Vieira, 2010, 2012) e homens adultos (Almeida & Vilar, 2008).

Mas a discriminação assume outras formas de violência, frequentemente patenteadas pelo uso de argumentos biologizantes que legitimam relações desiguais mantendo como inquestionáveis lógicas hegemónicas de dominação masculina - algo que aparece como um destino natural. Uma das configurações de discriminação violenta de que as mulheres são “naturalmente” vítimas passa pela questão da Mutilação Genital Feminina (MGF), o mesmo será dizer a mutilação sexual. A excisão das meninas foi classificada pela primeira vez ao nível das violências

⁶ Estudo exploratório finalizado em 2010, com jovens entre os 17 e os 23 anos de idade, na região do grande Porto, Portugal.

sexuais durante a IV Conferência das Mulheres realizada em Pequim, em 1995 (ONU Mulheres/ Brasil). Na Europa, esta temática assume particular relevância e atualidade, pela Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, aprovada em Istambul, a 11 de maio de 2011 (Procuradoria – Geral Distrital de Lisboa).

Dados da UNICEF de 2016, mostram que cerca de 200 milhões de meninas sofrem Mutilação Genital Feminina em 30 países – metade do conjunto de raparigas e mulheres que foram excisadas vivem em três países: Egito, Etiópia e Indonésia. A Unicef mostra ainda que no grupo das raparigas até aos 14 anos, há cerca de 44 milhões que foram excisadas – dados de maior prevalência na Gâmbia (56%), Mauritânia (54%) e na Indonésia (com 50% de todas as raparigas até aos 11 anos). Mas, e de acordo com a mesma fonte, os países onde há uma maior prevalência, entre as idades 15 e os 49 anos, é na Somália (98%), Guiné (97%) e Djibouti (93%) - envolvendo a quase totalidade das raparigas e mulheres destes países. A Amnistia Internacional Portugal (2014) estima que, todos os anos, cerca de 3 milhões de meninas e mulheres corram o risco de serem submetidas MGF. Esta problemática abrange raparigas e mulheres em todas as regiões do mundo (nos países de África, Médio Oriente, Ásia e em comunidades imigrantes na Europa, América do Norte e Austrália, e ainda entre alguns grupos étnicos na América do Sul) e assume diferentes formas.

Independentemente da forma como é praticada, a MGF é uma violação dos direitos das crianças/mulheres. Porém, apesar da violação dos direitos humanos e dos riscos de saúde e de vida, o combate à eliminação desta prática embate em argumentos culturais de dar continuidade às práticas tradicionais. No entanto, a tradição cultural da prática da incisão remete para a relação desigual feminino/masculino uma vez mais emergindo padrões de dominação/submissão, dado que, em muitas regiões a rapariga não mutilada dificilmente será escolhida para casar. Nesse sentido, percebemos que a preocupação que as mulheres mães têm é desejarem para as suas filhas a continuação desta prática, por mais traumatizante que esta tenha sido (e em muitos casos continue a ser) nas suas próprias vidas, não permitindo desta forma que as suas filhas tenham o único futuro possível: serem preteridas no casamento (Héritier, 2002).

Se a consideração, o respeito e a estima passam pelo facto de ser excisada, ou melhor, inversamente, se desconsideração, rejeição e desprezo estão ligados ao facto de não ser excisada, então desejam sê-lo e que as filhas sejam, nos meios em que não lhes é oferecida qualquer escapatória (Héritier, 2002, p. 120).

Uma vez mais esta questão passa pela forma como a sociedade se organiza para o combate a esta problemática, não só através do empenho no trabalho local com campanhas e programas nacionais (criando legislação que legitime o seu combate), mas também pela necessidade da promoção da educação das mulheres dando-lhes mecanismos que permitam a sua libertação intelectual deste jogo de dominação masculino e num sentido lato a promoção da igualdade e dos direitos humanos.

4. Normatividade do desejo: diferentes formas de discriminação, outras formas de violência!

A promoção da igualdade e dos direitos humanos deve ser ainda pensada no contexto da normatividade do desejo. Para este ponto, partimos do pressuposto de Butler (2006), o de que as sociedades se organizam a partir de uma dupla verdade - a de que para vivermos bem precisamos de normas, mas são essas mesmas normas e representações sociais que por vezes nos constroem e agredem. Nesse sentido, há que perceber em que direção se está a transformar o nosso mundo social, dado que as condições que conferem a “qualidade” de humano a determinados indivíduos, são as mesmas que privam outros à possibilidade de conseguir este estatuto – o que leva aquilo a que a autora refere como a produção de patamares diferenciados entre seres mais ou menos humanos, nomeadamente: “(...) o humano e o menos humano” (Butler, 2006, p. 14) - situação que, por razões de justiça social, nos devemos de contrapor.

Ao fixar a nossa reflexão sobre o pressuposto da violência de género, assente na heterossexualidade do desejo, pensamos na violência assente na perseguição homofóbica. Se colocarmos esta problemática a partir do espaço escola (porventura o espaço onde os jovens passam mais tempo juntos) percebemos então que

o bullying homofóbico, assim frequentemente designado, é uma forma específica de perseguição, que acontece quando a vítima está sujeita ao preconceito sexual e é agredida por essa razão.

O olhar mais atento sobre o significado de agressão (em latim *agregredior*), tal como refere Louis Millet, (s/d, p. 9) passa pela gestão de espaço. Ou seja, a ideia de espaço (do nosso espaço) enquanto Eu, ficará ameaçada se este diminui e se ele é invadido pelo Outro (o agressor). O que nos indica que o que está sem dúvida associada a esta ideia é a questão de respeito pelo “espaço do outro” - entenda-se o espaço pela individualidade de cada um/uma e pela diferença sob um olhar de diversidade.

Perceber a perseguição homofóbica, passa necessariamente por perceber a questão dos modelos de orientação sexual, que surgem num emaranhado de lógicas que mais não traduzem do que contradições/ complexidades. Tal como pode ser percebida através da investigação supra referenciada com jovens rapazes e raparigas, onde ressalta nos discursos a ideia de que as identidades sexuais hetero e homo são equacionadas num espaço de fronteiras que demarcam o “nós” e o “eles”, deixando perceber a presença da moralidade da heteronormatividade que informa, ainda hoje, as representações sociais e as atitudes. Ou seja, o que percebemos é que tabu e estigma revelam-se com clareza nos discursos destes jovens (Pereira Vieira, 2010, 2012). Este entendimento tem implícita a rejeição da identidade homossexual que é entendida como transgressão. Nesta matéria, a questão de género surge edificada a partir de uma visão essencialista, dado que é suportada por argumentos biológicos. Nomeadamente, pela forma como a homossexualidade é percebida, enquanto orientação contra a natura; percecionada como uma anomalia e como uma doença.

Só a título de curiosidade lembramos que a homossexualidade permaneceu referenciada como doença mental no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), até aos anos 70, do séc. XX, e manteve-se até meados dos anos 80 (1986) como de tipo egodistónica, vivendo a angústia de sofrer pelo facto de o ser homossexual (LGBT/GAP). Interessante é verificar que esta conceção de desvio marca ainda fortemente alguns dos discursos, como por exemplo os dos/das jovens da investigação referida, que mostram como o entendimento da homossexualidade é enredado, dado que deixam perceber como é difícil lidar com

a novidade das imagens que a sociedade moderna vem expondo nesta matéria e com a necessidade de aceitação. Ainda que de si próprios, considerem que aceitam “os homossexuais”: aceitam tê-los como amigos; aceitam “falar com eles/elas naturalmente em público” (Pereira Vieira, 2012, p. 234). Mas essa aceitação parece ser mais do nível da razão e da vontade informada pela reflexividade do conhecimento, do que do nível das atitudes. Isto porque a atitude é de tolerância e o seu significado não é o mesmo que aceitação da diversidade, dado que na sua génese o sentido de tolerância está associado ao “outro” e ao “diferente”. Tal como refere Butler (2006) o sentido de tolerância comporta na sua génese desigualdade, nomeadamente porque é um entendimento que perpetua escalas de poder, apesar de tornar menos visível o preconceito.

Assim, o que percebemos é que estes jovens aceitam o conceito de identidade homossexual, mas têm dificuldade de aceitar a sua prática, ou a visibilidade das práticas homossexuais, reforçando a ideia de que “o homossexual pode sê-lo desde que não se exhiba em público” (Pereira Vieira, 2012, p. 235).

Relacionada com a “mancha” ou estigma da homossexualidade está a ambiguidade que sempre caracteriza o medo do contacto com a diferença (Devereux, 1977). Por um lado, é inadmissível que se deseje ter uma experiência homossexual – “*que nojo*” (Pereira Vieira, 2012, p. 235). Por outro lado, é com o medo do contágio e do desejo que se justifica a não-experiência – “*quem experimenta não quer outra coisa*” (Pereira Vieira, 2012, p. 235).

É nesta combinação de ambiguidades, entre o dever e o querer de relacionamento (justificado mais ao nível da razão e da vontade informada do conhecimento da moderna sociedade) e entre a intolerância de um outro exterior, diferente e contra a natureza heteronormativa (justificada pela tradição e cultura das representações sociais) que se orientam algumas das atitudes.

A importância de pensar a violência de género, a partir da identidade sexual, passa pela questão da condenação, pela discriminação social, pela rejeição ao outro diferente (numa perspectiva etnocêntrica e de dominação) evidenciando receios de contactos e mostrando que o comportamento homossexual assume uma classificação de “tara” (termo associado a uma mania ou defeito) e que poderá ter como resposta atos de violência. Este e outros discursos (Pereira Vieira, 2012) são exemplo do que acabamos de referir:

“ — «Ah o coiso e tal é...!» Começas a pensar, deixa-me chegar para cá, porque o gajo pode-me apalpar o cu. Connosco rapazes ocorre esse pensamento... Ah não quero muito contacto, pá, o gajo... (Rui, 20 anos, Grupo 3) p. 212
(...)
— São as taras. (Alberto, 21 anos, Grupo 3) p. 207
(...)
— Falo nos mesmos moldes. Exactamente devemos ser pessoas normais e devemo-nos comportar de uma forma normal, (Alice, 20 anos, Grupo 6)
— É patológico... (Sandro, 22 anos, Grupo 6) p. 207 ”.

Mas a importância de pensar a perseguição homofóbica passa também pelo facto dos/das jovens LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transsexuais), na condição de vítimas, estarem mais vulneráveis à exclusão social, ao isolamento e apresentarem comportamentos de risco (Pimenta, 2013). Paralelamente o que percebemos é que jovens homossexuais, comparativamente com heterossexuais, apresentam taxas mais altas de vitimização (Swearer et al., 2008). Nomeadamente, os rapazes que mostram comportamentos ou características que fogem à heteronormatividade (“*gender-atypical behaviors*”) são alvo de maior vitimização - independentemente da orientação sexual, os designados “comportamentos atípicos” são elementos chave para a vitimização. Neste contexto, os rapazes adolescentes que relataram terem sido vítimas de perseguição homofóbica iriam experimentar maior violência psicológica e física que os rapazes que sofreram de violência por outras razões. Este estudo, implementado por Swearer et al.(2008), conclui ainda que o medo de serem rotulados por “*não serem homem o suficiente*” ou “*um rapaz de verdade*” levou a que jovens rapazes diminuíssem a taxa de sucesso académico e paralelamente aumentassem as taxas de depressão e suicídio.

Assim, se as vítimas de assédio homofóbico querem esconder, urge responder com um conhecimento mais aprofundado desta problemática, por forma a melhorar a sua compreensão e desenvolver um plano de prevenção (adequado à idade), contextualmente enraizado para enfrentá-lo.

A comunidade escolar [dado que é na escola, tal como refere Pimenta (2013), onde preferencialmente acontecem as agressões, nomeadamente no recreio escolar, podendo depois prolongarem-se até ao exterior da escola] é muito importante

na luta contra a perseguição homofóbica. Contudo, podemos referir que são os/as próprios/as estudantes que melhor estão posicionados/as para mudar as práticas violentas (e até regulá-las) por meio de aprovação social, redesenhando o combate a esta problemática.

5. Considerações Finais: Educar para um social plural

Pelo referido, e em jeito de reflexão final, expomos um conjunto de argumentos sumários sobre a necessidade de pensar e educar no sentido plural e como esta poderá ser uma ferramenta de combate a diferentes formas de discriminação e de violências que persistem na moderna sociedade de forma mais ou menos dissimulada.

Educar para um social plural, porque enfraquece mentalidades hegemónicas e dominadoras com uma só verdade e um só sentido, porque contribuiu para a reconfiguração de uma sociedade mais justa e equilibrada nas relações humanas e no crescimento pessoal e da vida em sociedade e porque promove direitos e oportunidades iguais entre as pessoas e, em específico, em relação à sexualidade. Educar para um social plural, porque só uma educação sexual plural e positiva é eficaz para ajudar a crescer numa trajetória saudável e de bem-estar, porque fortalece e alarga diversos valores subjacentes a um pluralismo moral (permitindo que coexistam) e impulsiona o debate de ideias e porque permite a difusão do reconhecimento de que a autonomia e a liberdade de escolha são aspetos essenciais para a estruturação da vida em sociedade. Educar para um social plural, porque a sexualidade e afetividade, no sentido plural, são elementos essenciais das relações interpessoais e de intimidade, ao longo do ciclo de vida, porque permite combater manifestações de sexualidade que envolvam violência e coação ou que envolvam relações de dominação e exploração e porque promove o direito à diferença sexual, nomeadamente de valores, de orientação e de características físicas.

Em última instância, porque só uma educação plural, permite a facilitação de mecanismos de libertação intelectual em relação à dominação, num sentido lato, e permite a promoção dos direitos humanos e da igualdade na sua plenitude.

Referências

- Almeida, A. N. D. & Vilar, D. (2008). *Literacia e práticas contraceptivas masculinas. Sexualidade e Planeamento familiar*, 50/51, 34-42.
- Amnistia Internacional Portugal. Recomendações. Lisboa, 13 de março de 2014. Disponível em: http://www.amnistiainternacional.pt/files/documentacao/AIPortugal_RecomendacoesMGF.pdf Acedido a 20 de julho 2016
- Andersen, M. L. (1998). *Thinking about Women - Sociological Perspectives on Sex and Gender*. London: Allyn & Bacon.
- Bajos, N., Ferrand, M. & Andro, A. (2008). *La sexualité à l'épreuve de l'égalité* In N. Bajos & M. Bozon (eds.), *Enquête sur la sexualité en France: pratiques, genre et santé*. (pp.545-576) Paris. La Découverte.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (1999). *A construção social da realidade*. Lisboa: Dinalivro.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora.
- Butler, J. (1990) *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. London and New York. Routledge.
- Butler, J. (2006). *Deshacer el género*. New York: Routledge.
- Caplan, P. (1996). *The cultural construction of sexuality – Introduction*. In P. Caplan (ed.), *The cultural construction of sexuality* (pp. 1-30). London and New York. Routledge.
- Connell, R. (1987). *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*. Sydney, Allen & Unwin: Cambridge, Polity Press and Stanford: Stanford University Press.
- Devereux, G. (1977). *Essais d'ethnopsychiatrie générale* (1ª ed.). Paris: Gallimard.
- Elias, N. (1991), *La société des individus*, Paris, Librairie Arthème Fayard.
- Foucault, M. (1994). *A história da sexualidade I - A vontade de saber*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Giddens, A. (1996). *Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas Sociedades modernas* (2ª Edition). Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (1997), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Héritier, F. (1998). *Masculino feminino: o pensamento da diferença*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lahire, B. (2003), *O Homem Plural: as molas da acção*. Lisboa, Instituto Piaget.
- LGBT/GAP - Issues Committee of the Group for the Advancement of Psychiatry (GAP) – disponível em : http://www.aglp.org/gap/1_history/ acedido a 10 de setembro 2016.

- Lipovetsky, G. (2016). *De la Ligereza*. Barcelona: Editorial Anagrama.
- Pimenta, N. S. (2013). *Bullying em Jovens LGBT*. Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação de Viseu. Disponível em http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/1818/1/Trabalho%20Final%20Mestrado_Neza%20Pimenta.pdf.
- Plummer, K. (2003). *Intimate citizenship and culture of sexual story telling*. In J. Weeks, J. Holland & M. Waites (eds.) *Sexualities and Society* (pp. 33-42). Cambridge: Polity.
- Procuradoria Geral Distrital de Lisboa. Ministério Público. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1878&tabela=leis
Acedido a 18 julho, 2016.
- ONU Mulheres/Brasil. Declaração de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, Pequim, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/pequim20/>. Acedido a 17 julho, 2016.
- ONU WOMEN / UNAIDS, 2015 – Disponível em <http://www.unwomen.org/en/what-we-do/hiv-and-aids/facts-and-figures>. Acedido a 17 julho, 2016.
- UNESCO (2013a). *UNESCO: Analfabetismo cai, mas mulheres ainda têm menos acesso à educação*. Disponível em <https://nacoesunidas.org/unesco-analfabetismo-cai-mas-mulheres-ainda-tem-menos-acesso-a-educacao/>
- UNESCO (2013b). *Adult and youth literacy. UIS Fact sheet*. Disponível em <http://www.uis.unesco.org/literacy/Documents/fs26-2013-literacy-en.pdf>
- UNESCO 2015 Educação Para Todos, 2000-2015, Progressos e desafios – relatório conciso. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf> -
Acedido a 13 julho, 2016.
- UNESCO (2016). *Education 2030: Incheon Declaration and Framework for Action: towards inclusive and equitable quality education and lifelong learning for all*. Brasília: UNESCO. Disponível em http://www.unesco.org/new/pt/brasil/this-office/single-view/news/education_2030_incheon_declaration_and_and_framework_for_ac/#.V3U5K2Y5iJY
- UNICEF, Comunicado de Imprensa, Nova Iorque, 5 de fevereiro, 2016: Novo relatório estatístico sobre mutilação genital feminina revela que a prática nefasta é uma preocupação à escala global https://www.unicef.pt/18/site_pr_unicef-mgf_e_uma_preocupacao_a_escala_global_2016-24.pdf. Acedido a 13 julho, 2016.

- Swearer, S., Turner, R., Givens, J., & Pollack, W. (2008) "You're So Gay!": Do Different Fortns of Bullying Matter for Adolescent Males? *School Psychology Review*, 37(2), 160-173. Disponível em <http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1152&context=edpsychpapers>
- Vieira, C. P. (2010). *Sexualidades Juvenis: Continuidades e Mudanças: um estudo qualitativo no Distrito do Porto* (Tese de Doutoramento no ramo de Sociologia – especialidade Sociologia da Saúde). Lisboa: Universidade Aberta. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1517>
- Vieira, C. P. (2012). *Eu faço sexo amoroso - A sexualidade dos jovens pela voz dos Próprios*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Vieira, C. P. & Costa, P. (2016). *Norma Social*. In R. L. Maia et al. (eds.), *Dicionário - Crime, Justiça e Sociedade* (pp. 339-341). Lisboa: Edições Sílabo.
- Vieira, C., Silva, L. F., Moura, M., & Pinto, S. (2003). *Comportamentos de risco em mulheres portuguesas*. Disponível em http://apps.siquant.pt/aidscongress/4%C2%BA_Congresso@10.aspx
- Weeks, J. (1985). *Sexuality and its discontents - meanings, myths & modern sexualities*. London and New York: Routledge.
- Weeks, J. (2003). *Sexuality* (2.º edition). London and New York: Routledge.
- Weeks, J. (2011). *The languages of Sexuality*. Oxon and New York: Routledge.